

Um brasileiro no exílio. E um exilado no Brasil

LUIZ SUGIMOTO

sugimoto@reitoria.unicamp.br

Darcy Ribeiro, um dos intelectuais mais carismáticos que o Brasil conheceu, é bastante citado na literatura como referência para o estudo de temas específicos como o indigenismo brasileiro da década de 1950, a política nos 60, a situação dos exilados políticos e o período da abertura. Mas, mesmo que várias pessoas tenham escrito sobre o antropólogo e seu trabalho – inclusive ele próprio, em textos autobiográficos –, ninguém havia ainda se preocupado em investigar com profundidade a sua trajetória, articulando discurso, prática e obra.

“Há pouquíssima informação, por exemplo, sobre o período que Darcy Ribeiro passou fora do país, quando muito do seu pensamento e mesmo da sua personalidade é fruto de seu exílio político”, afirma André Luis Lopes Borges de Mattos, autor de “Darcy Ribeiro: uma trajetória (1944-1982)”, tese de doutorado orientada pelo professor Guilherme Raul Ruben e apresentada no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Unicamp.

O resultado do trabalho acabou superando as próprias expectativas do autor em relação ao personagem. “Procurando por um Darcy, encontrei outro, ou vários outros. Não só o político, o intelectual iracundo, o defensor incansável da causa indígena, o crítico tenaz, mas também o jovem estudante de etnologia, inseguro diante das portas que se abriam e de suas próprias capacidades”, escreve na conclusão da tese.

Na opinião de André Mattos, Darcy desenvolveu uma enorme propensão a falar de si próprio, particularmente após o exílio vivido entre as décadas de 60 e 70. “Talvez para ser melhor compreendido”, supõe. *Confissões* (1997), sua obra autobiográfica de maior importância, é um bom exemplo de como Darcy consolidou sua trajetória em palavras, construindo o personagem que se tornou conhecido pelo grande público.

“Procurei não comprar este peixe. Como em toda narrativa, nós contamos algumas coisas, esquecemos outras, encadeamos os fatos como queremos e como lembramos. Por isso, busquei construir minha própria narrativa, que não necessariamente coincide com a de Darcy Ribeiro”, diz Mattos.

Para tanto, o autor recorreu principalmente aos dados do acervo pessoal do antropólogo – documentos, correspondências, anotações – que se encontra na Fundação Darcy Ribeiro (Fundar), no Rio de Janeiro. “A partir destes documentos, surgiu o ‘meu’ personagem, que pode não ser o verdadeiro, embora eu tenha buscado chegar o mais próximo possível do indivíduo que ele foi”.

O jovem inseguro – Em 1944, André Mattos encontrou um jovem e inseguro Darcy Ribeiro, ainda sem perspectivas concretas na vida profissional. Natural de Montes Claros, ele chegava a São Paulo para estudar na Escola Livre de Sociologia e Política, após desistir do curso de medicina em Belo Horizonte. “Tendo recebido uma bolsa do sociólogo norte-americano Donald Pierson, Darcy foi ver no que dava o curso e acabou cumprindo os três anos para o bacharelado em ciências políticas e sociais”.

Em 1947, Darcy Ribeiro é contratado pelo Serviço de Proteção aos Índios (SPI), órgão indigenista criado no início do século por Cândido Rondon. O marechal seria uma das principais figuras a inspirar Darcy no trabalho de assistência às populações indígenas. Ele realizou no SPI suas primeiras pesquisas etnológicas, a maior parte delas em períodos prolongados junto aos índios.

Nos dez anos visitando os povos do Pantanal, do Brasil Central e da Amazônia, o antropólogo escreveu pelo menos um trabalho importante, *Religião e Mitologia Kadiwêu* (1950), livro com o qual ganhou o importante prêmio Fábio Prado e, com ele, certa notoriedade. “Mas é preciso destacar a parceria fundamental da esposa, a antropóloga Berta Gleiser Ribeiro, que o acompanhava em viagens e pesquisas de campo, além de aparecer como co-autora em várias obras”.

André Mattos ressalta ainda o forte engajamento do intelectual na luta em defesa das causas indígenas, participando de projetos importantíssimos como da criação do Museu do Índio e do Parque Indígena do Xingu. “Ele gostava de dizer que não via os índios como simples objetos de pesquisa, mas como seres humanos que passavam por dificuldades, sobretudo em decorrência do contato

com a ‘sociedade nacional’, que levava doenças e a desarticulação da vida social daqueles grupos”.

O Museu do Índio, por exemplo, surgiu como uma proposta de tornar as sociedades indígenas respeitadas em suas diferenças. Outra proposta era a formação de etnólogos. “Dentro do Museu, Darcy criou um curso de aperfeiçoamento em antropologia cultural, que contribuiu decisivamente para o avanço do ensino das ciências sociais”.

Mudança de rota – Em 1957, Darcy Ribeiro desligou-se do SPI para dar início a uma nova fase da sua trajetória, aliando-se ao educador Anísio Teixeira no Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE). “É atuando intensamente nas questões da educação que Darcy se projeta nacionalmente. Principalmente nos debates públicos em torno da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, então em discussão, em que Darcy se posicionava contrário às propostas do deputado Carlos Lacerda”.

A criação da Universidade de Brasília, em 1961, que mobilizou cientistas e intelectuais importantes, também ocorreu sob a liderança de Darcy Ribeiro. Foi ele seu primeiro reitor. Mattos lembra que a seguir, na ditadura, a UnB seria “avassalada” – no termo do antropólogo – com a intervenção militar e o desligamento de

quase 200 professores. “Por isto, Darcy passou a incluí-la entre seus projetos ‘fracassados”.

De qualquer forma, a atuação na área de projetos educacionais acabou contribuindo para levar Darcy Ribeiro ao primeiro escalão do governo, inicialmente como ministro da Educação de João Goulart. “Mas logo ele iniciaria sua fase política no sentido mais estrito, ao assumir a Casa Civil, tornando-se um dos grandes ideólogos do governo de Jango. Até que veio o golpe militar, que o obrigou a se exilar”.

Ativista – Por cinco anos, Darcy Ribeiro atuou como professor e pesquisador contratado da Universidade da República do Uruguai. “De certa forma, ele retomou as atividades anteriores, mas não deixou de atuar politicamente”. Em 1969, faria seu primeiro retorno ao Brasil, graças a um habeas corpus permitindo que respondesse em liberdade às acusações que sofria.

No entanto, com o AI-5, teve seus direitos suspensos e acabou conduzido à prisão por nove meses. Absolvido pelo Tribunal Militar, deixou novamente o país, agora se exilando na Venezuela. “Depois, no Chile e no Peru, entre outras atividades, Darcy assessorou diretamente o presidente Salvador Allende – de quem se tornou grande admirador – e o nacionalista Juan Velasco Alvarado”.

Esta fase no exílio, segundo o autor da tese, é a menos conhecida da trajetória de Darcy Ribeiro, embora tenha contribuído significativamente para moldar o seu pensamento. “Há poucos estudos, sendo o da professora Haydée Ribeiro Coelho (Universidade Federal de Minas Gerais) um dos mais importantes, ainda assim na perspectiva da teoria literária, já que foi no exílio que Darcy escreveu a



Luis Lopes Borges de Mattos, autor da pesquisa: “Procurando por um Darcy, encontrei vários outros”

maior parte dos seus romances”.

O paradoxo, na visão de André Mattos, é que neste período o antropólogo escreveu cinco dos seis livros da sua obra de maior repercussão: *Estudos de Antropologia da Civilização*, traduzida em diversas línguas. “Escrever me parece uma experiência comum aos exilados. Darcy nunca abandonou a sua utopia. Como não podia se manifestar publicamente, escreveu. São livros altamente politizados, explícitos na tentativa de levar as pessoas a mudar a forma de pensar e a transformar o mundo”.

Retorno conflituoso – Ainda no Peru, Darcy Ribeiro teve diagnosticado um câncer e voltou ao Brasil para retirada de um dos pulmões. Curado, conseguiu um visto de entrada periódica para avaliações médicas. Viria definitivamente em 1976, ainda sem gozar plenamente de seus direitos políticos, que recuperaria somente três anos depois com a anistia. “No retorno, já podemos ver um Darcy muito mais conflituoso, principalmente com os colegas antropólogos e cientistas sociais”, lembra André Mattos.

Buscando analisar sociologicamente este comportamento, o autor da tese enxerga um confronto entre dois mundos de idéias: “Enquanto Darcy viveu a experiência intensa do exílio, aqui a intelectualidade passou por outro processo de crescimento: nem pior, nem melhor, apenas diferente. Mas ele não aceitava o fato de que, justamente no período de maior perseguição política, a antropologia tivesse dado um grande salto qualitativo, com a criação dos cursos de pós-graduação e sua consequente especialização acadêmica”.

A crítica de Darcy Ribeiro era de que a antropologia tinha rompido seu compromisso com os povos que estudava, em especial com os indígenas. Endurecia o verbo, acusando os antropólogos, por exemplo, de terem se tornado “cavalos de santo” – aqueles que nos cultos afros são tomados por entidades que vêm falar por meio deles. “No caso, os antropólogos eram tomados por entidades do ‘primeiro mundo’, limitando-se a repetir em suas teses o que falavam os grandes intelectuais lá de fora”.

Para André Mattos, resultou deste embate a imagem mais conhecida de Darcy Ribeiro: aquele que se voltou contra a academia e, em contrapartida, passou a ser rejeitado por ela. “Ele encarnou um personagem típico dos anos 60: o intelectual revolucionário. Morreu [em fevereiro de 1997] acreditando que o Brasil podia mesmo dar certo, desde que se voltasse para um projeto autônomo de crescimento. Levou para o exílio um Brasil e voltou acreditando que encontraria o mesmo país. No mínimo, é uma experiência sobre a qual devemos refletir”.

Mattos especula se a decepção com a academia não influiu para que Darcy Ribeiro fosse perseguir seus ideais definitivamente na esfera da política, que de fato nunca abandonou. “Eu faço um corte na pesquisa em 1982, quando ele é eleito vice-governador do Rio de Janeiro, com Leonel Brizola. É uma outra fase da sua trajetória, que até pela complexidade decidi não abordar”.



O antropólogo em trabalho de campo, com índios urubus: primeiras pesquisas etnológicas foram feitas no SPI

Darcy Ribeiro em praia carioca no dia em que voltou ao Brasil, em 1976: direitos seriam recuperados três anos depois, com a anistia



Fotos: Fundação Darcy Ribeiro